

MEMORANDUM

- A INTENÇÃO DE UMA TRANSIÇÃO PACÍFICA
PARA UM SISTEMA PLURALISTA.

1. É convicção generalizada, pelo menos a um certo nível - médio e alto - de quadros técnicos do sector público e privado que, particularmente nos últimos três anos, vem-se assistindo a um desgaste progressivo da imagem do Estado no nosso País.

Tal processo tem a sua origem na deteriorização anterior e parcursora - et pour cause - da imagem do Partido e com este se encontra intimamente ligado de vido às bases jurídicas, políticas e filosóficas em que assenta o Estado de Cabo Verde.

Na verdade o Estado de Cabo Verde, definido constitucionalmente como estando sob a direcção política, económica, social, de defesa e de segurança do PAICV, não deixou de sofrer nas suas estruturas com o crescente desinteresse que a sociedade civil vem experimentando em relação ao poder político que o engendrou.

Tentemos desmontar os mecanismos desta engrenagem:

O crescente desinteresse manifestado pelos cidadãos via-a-vis ao Partido, terá levado os órgãos de cúpula do Estado (por definição constitucional também órgãos de cúpula do Partido) a inconscientemente (?) preencher os lugares de chefia intermédia e alta do Estado, primacialmente não das competências capazes de levar a frente o processo de desenvolvimento do País mas sim dos elementos que detivessem à partida a confiança do Partido, certamente na convicção que estes elementos também proseguiriam bem aqueles objectivos de desenvolvimento.

Tal atitude conduziu não raras vezes a oportunismos vários - militantes que se "empenham" mas que na realidade só tem em mira o aproveitamento pessoal de benesses várias - e fundamentalmente tem tido consequências graves a nível da gestão ,

.../...

desenvolvimento e progresso do País (desenvolver-se).

É neste quadro - para só citar exemplos recentes e sonantes - que não é difícil responsabilizar o Ministro dos Transportes, o governo e o Regime pelos caos dos TACV, O Ministro da Indústria, o Governo e o Regime pela situação crítica da Electra, o Ministro da Administração Local o Governo e o Regime pela degradação da qualidade de vida na cidade da Praia, e poderíamos infundabilizar esta lista já para não falar na onda de boatos e de panfletos que cíclicamente animam a vida social das Ilhas, dando conta de pequenos e grandes desvios, a que urgeria pôr cobro mas que, cumplicemente ou por impotência, se vai fechando os olhos.

2. Vejamos como se chegou a esta situação:

A legitimidade histórica que permitiu em 1975 a instalação de um regime de um regime de Partido Único em Cabo Verde, começou a ser posta em causa à medida que os anos passavam e as estruturas partidárias eram ocupadas por gentes que não detinham aquela legitimidade que advinha da participação na luta de libertação nacional e também à medida que se constatava na prática as fraquezas e debilidades do Regime instituído.

Sendo Cabo Verde um País extremamente virado para o exterior, talvez pela sua situação geo-estratégica como pela sua emigração e ainda pelo facto de a maioria dos seus quadros se formarem em terceiro Países, o conhecimento de situações críticas vividas em países de Partido único - sendo dramática a situação dos países africanos, continente onde por excelência vigoram os regimes de Partido único, pelo menos na prática e de desconforto, estagnação e retrocesso nos países do leste Europeu - teve também um papel motor não dispendendo naquela tomada de posição.

(Em nota marginal e entre parentesis diga-se também que a divulgação - a um certo nível - de obras fundamentais de análise, crítica e previsão do futuro dos Regimes de Partido único (de destacar "1984" de George Orwell, "A insustentável leveza do Ser" de Milan Kundera, e "Quem me dera ser onda" do angolano Manuel Rui) tem contribuído para uma tomada de posição crítica face a esses Regimes).

.../...

Entende-se geralmente que em Cabo Verde e após a promulgação da Constituição de 1980 o regime instituído poderia ter dado início a um paulatino processo de maior abertura política que acabaria por conduzir sem sobressaltos à substituição daquela legitimidade histórica por uma legitimidade advinha das urnas. A título exemplificativo e compreensivo do que poderia ser esse processo de abertura política citamos: A Constituição Política da República previu o direito à manifestação nos termos que viessem a ser reguladas. Até hoje esse direito não foi objecto de regulamentação o que obviamente, tem impedido o seu exercício.

De há cinco anos a esta parte esta maior abertura vem sendo reclamada cada vez mais apoiantes e maior insistência.

É óbvio que - praticamente até agora - essa necessidade de mudança apenas se vinha exteriorizando em círculos fechados ou então a coberto de propaganda clandestina. Com razão ou sem razão sempre fez parte da mística e o imaginário dos regimes de partido único, a ele se colando qual pecado original, a desconfiança quando não o temor dos cidadãos face ao que lhes poderia acontecer caso expressassem de forma aberta opiniões divergentes das veiculadas pelo partido no poder. Esse imaginário saiu - desgraçadamente - reforçado após os últimos acontecimentos no leste europeu que revelaram, em toda a sua crueza, a actuação desumana da Política de Segurança destinada a preservar e defender o Partido único em alguns Países com especial destaque para a Roménia.

Embora esta situação não tenha de modo algum qualquer paralelo com o nosso País a verdade é que esse temor subjacente a que nos vimos referindo não permitiu que se organizassem os círculos de reflexão e discussão sobre sistemas políticas, as palestras, as mesas redondas, que, favorecendo o confronto de ideias, habilitam o cidadão a participar criticamente da vida na "Polis" e o amadurecimento do País.

Diga-se também que muitas vezes a discordância de alguns não se fêz sentir de forma mais relevante em atenção ao prestígio granjeado pelo Partido na luta pela libertação e ao reconhecimento por ser conduzido o País a independência e soberania Nacional, ao trabalho meritório que o Governo vem desenvolvendo em muitos sectores, tendo em atenção os inúmeros contrangimentos que enfrenta e a uma confiança de base posta na honestidade, sinceridade e capacidade de vários dirigentes.

Também o intuito de evitar conflitos e desordem no tecido social quiçá prematuras e de consequências não desejáveis tem impedido uma maior manifestação de discordância.

De todo o modo de há 3 anos a esta parte alguma mudança se impunha e os sinais de perigo multiplicavam-se: laxismo na Administração, relaxamento de muitos quadros, aproveitamento despudorado da situação por parte de alguns/muitos, um recrudescer da saída de panfletos, entre outros.

Uma boa medida para a descompressão da sociedade civil que decorreu desta necessidade de mudança foi a abertura às associações. Pena foi que esta não entendeu também às associações cívicas de carácter político. Estas, reflectindo sobre a Constituição, a Democracia, os Partidos Políticos, poderiam eventualmente ter dado um bom contributo ao actual processo.

Que fazer agora?

Para todos os efeitos chegamos a Janeiro de 1990 - quando em todo o Mundo o processo de abertura é um facto e os nossos parceiros de Moçambique e S.Tomé já anunciaram reformas constitucionais substanciais - com os discursos de alguns dirigentes apenas nos entrelinhas deixando antever a possibilidade de mudanças enquanto que o de outros dá a desagradável impressão de ter endurecido.

Sabemos que não existem Estados miraculosos. É evidente que o tão só estabelecimento de um sistema pluralista não permite acabar com compadrios, desvios, incompetências e principalmente com a pobreza de meios que tão ingratamente nos coube em sorte. Mas sabemos também e estamos certos disto, que é o poder que limita o poder, que duas cabeças pensam melhor que uma só e que a todos deve caber o direito e dever indeclinável de livre e reponsávelmente expressarem a sua opinião e dar o seu contributo para o desenvolvimento da terra que é de todos e o progresso do Povo que somos todos nós. A institucionalização de outras vozes e a certeza de um olhar crítico sobre a actuação do Poder terá sempre a bondade - se outra não tiver e terá de certeza - de fazer que seja quem fôr que o esteja a exercer o faca da forma mais competente e mais transparente de forma a evitar ou neutralizar as críticas que lhe advenham dos cidadãos e de outros sectores institucionalizados.